



AGENDA FORMATIVA 2026



CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL

Organismo do Povo de Deus da Igreja no Brasil
Brasil, 2026.

Nosso Objetivo 2025-2029

EVANGELIZAR anunciando a Boa Nova de Jesus Cristo, como cristãos leigos e leigas, sujeitos eclesiais, discípulos e discípulas missionários, em suas diferentes expressões e carismas, fiéis à evangélica opção preferencial pelos pobres, em defesa da vida em todas as suas formas, nas periferias geográficas e existenciais, numa dinâmica sinodal, a caminho da plenitude do Reino.

Presidência 2025-2029

Márcio José de Oliveira - Presidente

Marlise Ritter - Vice-Presidente

Patrícia Gil Cabral - Secretária-Geral

Eder D'Artagnan Ferreira Guimarães- Segundo Secretário

Adriano Massariol Pacheco - Tesoureiro-Geral

Francisca Alzira Bernardo Dias - Segundo Tesoureiro

Grupo de Trabalho da Agenda Formativa 2026

Leci Conceição do Nascimento

Leonardo Henrique de Souza Moura

Márcia Maria Domingas de Almeida Signorelli

(Responsável pelos textos da DSI)

Patrícia Gil Cabral

Contatos

secretaria@cnlb.org.br

www.cnlb.org.br

APRESENTAÇÃO

Queridos cristãos leigos e leigas,

Você tem em mãos, mais uma vez, a **Agenda Formativa** do Conselho Nacional do Laicato do Brasil. Em continuidade ao caminho construído ao longo dos anos, esta agenda não é apenas um instrumento de organização, mas, sobretudo, um meio pedagógico pensado para inspirar, orientar e sustentar a caminhada formativa das lideranças do laicato em todo o Brasil.

Consciente de que a formação é condição indispensável para que o laicato assuma com maturidade e eficácia sua missão específica — ser sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-16), testemunhando o Evangelho nas realidades temporais — o CNLB oferece esta agenda a serviço de um processo formativo contínuo.

Esse processo está enraizado na Palavra de Deus, no Magistério da Igreja e na Doutrina Social da Igreja, fontes que alimentam a espiritualidade, iluminam o discernimento e inspiram o compromisso transformador. Como afirma o Papa Francisco:

“ *A formação não é um treinamento técnico, mas um caminho de discipulado que molda a mente e o coração*

(cf. Christus Vivit, 244).



Cada mês, cada citação e cada proposta de reflexão foram cuidadosamente escolhidas para favorecer o cultivo de uma espiritualidade encarnada, de um pensamento crítico e de uma ação missionária comprometida com a construção do Reino. A agenda deseja ajudar cada cristão leigo e leiga a crescer como discípulo-missionário, capaz de reconhecer a presença de Deus na história e de atuar nela com responsabilidade e esperança. Afinal, *“a fé autêntica sempre implica um profundo desejo de mudar o mundo”* (Evangelii Gaudium, 183).

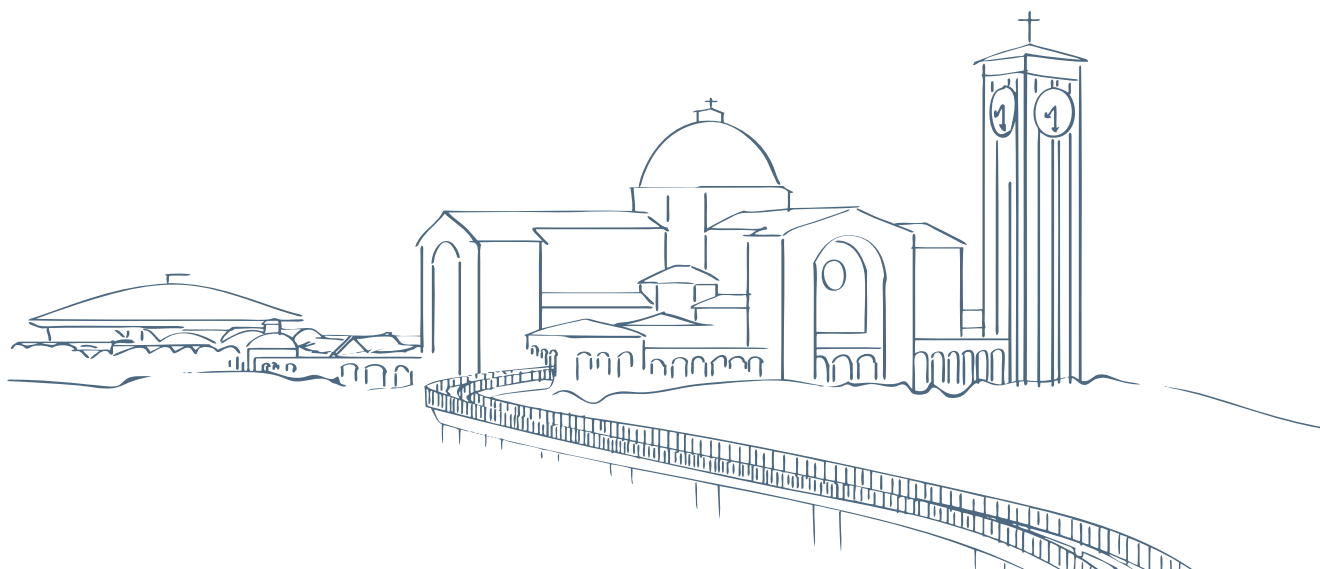
Por isso, convidamos todos os cristãos leigos e leigas a fazer desta agenda um instrumento vivo de formação: para organizar a vida, acompanhar o caminho comunitário, registrar experiências, aprofundar conteúdos e iluminar a prática missionária.

Registro, com gratidão, o trabalho dedicado do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da **Agenda Formativa 2026**. Página por página, é possível reconhecer o amor e o comprometimento dessas pessoas com o nosso Organismo.

Que esta agenda nos ajude a renovar a esperança, fortalecer nossa identidade laical e sustentar o compromisso de construir, com alegria e coragem, uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. Que a Senhora Aparecida nos acompanhe em nossa missão.

Um abraço fraterno.

MÁRCIO JOSÉ DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO CNLB



SUMÁRIO



Clique nos
temas ao lado
para acessar o
seu conteúdo

Agenda
formativa
2026

JANEIRO

Em busca de dias melhores..... **06**

FEVEREIRO

Campanha da Fraternidade 2026..... **22**

MARÇO

Mulher e sociedade..... **38**

ABRIL

Texto de destaque do mês **50**

MAIO

Titulo do mês de maio em destaque..... **62**

JUNHO

Destaque do mês **70**

JULHO

Texto de destaque do mês **86**

AGOSTO

Titulo do mês de maio em destaque..... **103**

SETEMBRO

Texto de destaque do mês **124**

OUTUBRO

Texto de destaque..... **135**

NOVEMBRO

Texto de destaque do mês **150**

DEZEMBRO

Titulo do mês de maio em destaque..... **169**



CNLB

AGENDA FORMATIVA CNLB

JANEIRO
2026

Em busca de dias melhores

Oviver com medo e incertezas é um desafio dos nossos tempos. Não é fácil assistir ou fazer parte de um mundo em que pessoas morrem nas guerras insanas; nos conflitos violentos nas periferias das cidades e, também, de fome por causa da exclusão social; onde a maioria dos políticos troca a representação autorizada pelo voto popular por negociatas e pela expansão de dominação familiar; em que Estados e seus parceiros escolhem quem vai morrer e quem merece viver. Parece que tudo tende a dias piores. Mas é possível mudar, construir um mundo fraterno e com a certeza de dias melhores para todos.

Existe uma realidade no mundo e no Brasil que precisa ser mudada com muita fé, com ações políticas práticas e com solidariedade. E não se cria condições para um mundo melhor sem o envolvimento das pessoas que querem mudanças. A fé não é somente acreditar e alcançar uma paz espiritual, mas é também postular boas relações sociais movidas por amor e ainda defender transformações sociais.

E a política não é restrita aos partidos e aos políticos, uma vez que ela é reflexo de decisões cotidianas de todos, nas eleições e depois delas. E é consequência das escolhas e do envolvimento ou da omissão das pessoas. Votar com responsabilidade e ética é um compromisso com a busca do bem comum. Isso impede que a política seja somente os interesses de grupos econômicos ou de grupos familiares dentro do Estado.

A solidariedade tem que ser universal. Não é uma mera afinidade relacionada ao gênero, à cor da pele das pessoas ou ao local de nascimento delas. Todos os que sofrem e os que são injustiçados precisam de ajuda, independentemente do país, do gênero, da cor ou da identidade social construída ou escolhida, todos merecem a solidariedade.

O início ou a continuação da busca por dias melhores com fé, com práticas políticas responsáveis e com muita fraternidade, será mais intensa nos dias de 2026. Acreditem! A fé move o ser humano, o voto com responsabilidade melhora a qualidade da política e a solidariedade é o exercício da fraternidade com todos e entre todos que defendem um mundo sem medo e incertezas. Assim, dias melhores virão!

**Carlos Santiago, Sociólogo, Cientista Político, Advogado e membro do
Comitê de Combate à Corrupção Eleitoral no Amazonas.**

MEMÓRIA

Silvestre Santos Lima, Natural de Arapongas-PR. residiu em Curitiba-PR; graduado em Administração de Empresas, pela UEM - Universidade Estadual de Maringá-PR, trabalhou no Banco do Brasil, cargo de gerente de agência. Foi ministro Extraordinário da Sagrada Eucaristia, da coordenação do Vicariato Oeste da Diocese de Maringá e participou do Movimento de Cursilho de Cristandade- MCC. Desde 1985, atuou no CNLB, participando da organização do CNLB - Regional Sul II. Silvestre foi tesoureiro durante anos nas diversas presidências. Devemos a ele também a criação do primeiro “site” do CNLB.



† *Silvestre Santos Lima*



PALAVRA DE LEÃO XIV

*Esta é a paz de Cristo Ressuscitado, **uma paz desarmada e uma paz desarmante**, que é humilde e perseverante. Que vem de Deus, do Deus que nos ama a todos incondicionalmente.*



(Leão XIV/ Mensagem para dia da Paz-2026)



Intenção de oração do Papa confiadas a Rede Mundial de Oração para janeiro de 2026

Pela oração com a Palavra de Deus
Rezemos para que a oração com a Palavra de Deus seja alimento nas nossas vidas e fonte de esperança nas nossas comunidades, ajudando-nos a construir uma Igreja mais fraterna e missionária.



CONVERSANDO

OUTRO NOME DA PAZ É DESENVOLVIMENTO

O Magistério da Igreja diz que nada se perde com a paz, mas tudo pode ser perdido com a guerra; diz que “a guerra é a falência de todo autêntico humanismo, uma derrota da humanidade”, “é um flagelo”; nunca mais a guerra onde se vê uma carnificina inútil, uma aventura sem retorno”.

“É, portanto, essencial a busca das causas que originam um conflito bélico, em primeiro lugar as que se ligam a situações estruturais de injustiça, de miséria, de exploração, sobre as quais é necessário intervir com o objetivo de removê-las: “Por isso, o outro nome da paz é o **desenvolvimento**. Como existe a responsabilidade coletiva de evitar a guerra, do mesmo modo há a responsabilidade coletiva de promover o desenvolvimento”.

Doutrina Social da Igreja - Giovanni Paolo II, Lett.
enc. *Centesimus annus*, 52: AAS 83 (1991) 858)



“

A guerra é a falência de todo autêntico humanismo, uma **derrota da humanidade**

”

CONHECENDO MAIS A DSI

Era de se esperar, pelo próprio nome que escolheu, Leão XIV, que seu pontificado continuaria a proclamar, a dar ênfase a tantos ensinamentos que a Igreja comunica como **Doutrina Social**. Por isso este ano de 2026, esta Agenda Formativa, dará ênfase a 12 dos princípios da DSI, um em cada mês, iluminando pontualmente à construção da cidadania, onde pelo voto, se decide os rumos do Estado que queremos, priorizando toda e qualquer pessoa, sem distinção e buscar o que for necessário para tal, que é a consecução do Bem que necessariamente deve ser comum..

A Exortação Apostólica do Papa Leão XIV, “Dilexi te”, chama atenção por uma tradição da Igreja, conclamada por Jesus, que é a opção pelos pobres. Este tema tão atual, pela própria exigência evangélica de não excluir ninguém de viver dignamente, requer nossa atenção a todo momento. Não seria por acaso que a prioridade da **Pessoa Humana, e o Bem Comum**, pelo qual a pessoa pode construir vida digna, são dois princípios básicos da Doutrina Social da Igreja. Desses, advém todos os demais.

A Pessoa Humana, é prioridade independente de classe social, idade, etnia, religião porque tem sua imagem criada à imagem e semelhança de Deus. Por isso, é que todos os demais princípios da DSI, sejam econômicos, políticos, sociais, estão voltados pensando no BEM de cada pessoa. E, como as pessoas convivem entre si, o Bem deve ser Comum, por uma questão de justiça. Simples assim!

É necessário entender, porém, que a Doutrina Social da Igreja tem uma dimensão teórica, porque ela é formada pela raiz teológica, moral ou racional derivados do Evangelho, mas tem também a dimensão da experiência humana da Igreja histórica. Por isso dizemos que ela é interdisciplinar. Ela chama atenção, discorre sobre o problema, mas tem necessidade das demais ciências, da economia, da sociologia, da psicologia, por exemplo, para compreender a complexidade da realidade. Isso abre um leque de temas, situações a serem abordadas, que sem o seu conhecimento profundo não se delineia uma ação realmente transformadora.

Esta Agenda
Formativa,
dará ênfase a
**12 dos
princípios
da DSI**

APROFUNDANDO O CONHECIMENTO



A Prioridade da Pessoa Humana:

O humano é o ponto fundamental da criação, haja vista a própria Encarnação no Humano. Em toda e qualquer situação em que a pessoa está inserida, é ela e seu bem, sua vida, que deve vir em primeiro lugar nas preocupações de todos e todas, especialmente dos sistemas e governos, como sua grande prioridade.

LER, REFLETIR, COMENTAR

Se a prioridade é a PESSOA HUMANA e o BEM deve ser COMUM, porque os pobres não têm sua dignidade garantida, suas necessidades mais básicas? Não são prioridade para os Governos, para os Sistemas, para a Economia? Nessa mudança de época, o Bem que deveria ser Comum, é repartido com quem? De que forma? Como o Bem, se de fato Comum, modificaria o rosto da sociedade? A ideia do Bem Comum não é a soma dos



O Bem Comum:

“A ideia do Bem Comum não é a soma dos bens de cada um, nem uma média de todos, mas é de todos, indivisível, do qual todos participam porque só na comunidade se pode melhorá-lo e aumentá-lo”. (GS26) O agir cristão leva ao incansável trabalho de estar com o outro, procurando o seu bem, a sua felicidade, a sua promoção, os seus direitos como se fosse seu próprio. Algumas exigências do Bem-Comum: o empenho pela paz, ao processo político, jurídico, cuidados com a casa comum, direitos humanos, acesso às exigências mais básicas, informação, tutela da liberdade religiosa...

bens de cada um, nem uma média de todos, mas é de todos, indivisível, do qual todos participam porque só na comunidade se pode melhorá-lo e aumentá-lo. É “comum” porque, de toda forma, é vivido e partilhado por todos. Na sua cidade, quem as políticas mais favorecem?

RECORDANDO

1

A DSI é o olhar da Igreja, do seu Magistério, sobre as complexas realidades da vida humana, iluminado à luz da fé, da Palavra de Deus. É o conjunto de encíclicas, exortações, cartas, documentos dos bispos em comunhão com o papa, do pensar teológico sobre a situação sócio-político-econômica do mundo em vista da prioridade da pessoa humana em toda a sua dignidade.

2

Magistério da Igreja é a função de autoridade dada aos bispos em comunhão com o papa, pelo próprio Jesus Cristo, de ensinar, interpretar e guardar a Palavra de Deus, a Tradição e Escritos.

3

Doutrina, Ensino ou Pensamento da Igreja são todas as expressões usadas para o mesmo fim. A expressão Doutrina Social da Igreja é usada em documentos oficiais do Magistério e em outros textos. O termo “doutrina” dá mais a impressão de conteúdo dogmático quando na verdade é mais um pensar teológico do Magistério sobre a realidade social. Paulo VI, na “Octogesima Adveniens”, usa “Ensino Social da Igreja” e o Papa Francisco, na “Evangelii Gaudium”, usa o termo “Pensamento Social da Igreja”, porém sem exclusão ou substituição do termo DSI.

VOCÊ SABIA?

Entre outros
fazem parte
da DSI:

1891

Rerum Novarum

Sobre a Condição dos
Operários Leão XIII

1931

Quadragesimo Anno

Restauração da Ordem
Social – Pio XI

1961

Mater et Magistra

Evolução da Questão
Social – João XXIII

1963

Pacem in Terris

Paz na Terra – João XXIII

1965

Gravissimum Educationis

Sobre a Educação Cristã

1965

Gaudium et Spes

A Igreja no Mundo de Hoje
(Const.Pastoral) – Concílio
Vaticano II

1967

Populorum Progressio

Sobre o Desenvolvimento
dos Povos – Paulo VI

1971

Octogesima Adveniens

Necessidade de um Mundo
em Transformação – Paulo VI

1971

Iustitia in Mundo

Sínodo dos Bispos

1975

Evangelii Nuntiandi

A Evangelização no Mundo de

1981

Laborem Exercens

Sobre o Trabalho Humano – João Paulo II

1897

Sollicitudo Rei Socialis

Sobre a Solidariedade –
João Paulo II

1988

Fides Et Ratio

Fé e Razão – João Paulo II

2004

**Compêndio da Doutrina
Social da Igreja**

2009

Caritas in Veritate

Desenvolvimento Humano
– Bento XVI

2015

Laudato Si

Sobre o Cuidado da Casa
Comum – Francisco

2025

Dilexit te

Sobre o Amor para com os
Pobres – Leão XIV

1991

Centesimus Annus

Centenário da Rerum
Novarum – João Paulo II

2001

Novo Millennio Ineunte

No início do Novo Milênio
– João Paulo II

2005

Deus Caritas est

Bento XVI

2013

Evangelii Gaudium

A Alegria do Evangelho –
Francisco – Cap. II

2020

Fratelli Tutti

Sobre Fraternidade e Amizade
Social – FranciscoHoje – Paulo VI

Somem-se a
estas outras
Mensagens,
Cartas, Exortações
documentos
sociais

A DSI, CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E O ANO DE ELEIÇÕES

“Para a Igreja, a mensagem social do Evangelho não deve ser considerada uma teoria, mas sobretudo um fundamento e uma motivação para a ação”.

(Centesimus Annus, 57)

O CNLB sempre reconheceu a Palavra de Deus e o Magistério da Igreja — especialmente a Doutrina Social da Igreja — como fundamentos essenciais de sua caminhada. É na riqueza da Doutrina Social que se iluminam os critérios e as linhas de ação indispensáveis para que a missão própria dos cristãos leigos e leigas, tanto na Igreja quanto na Sociedade, se desenvolva com maturidade, discernimento e eficácia evangelizadora. **Porém, de nada adianta o conhecimento profundo da DSI, se ela não é colocada em prática: por si só a teoria não modifica a realidade.** Dessa forma, o CNLB como espaço de formação, sempre se pautou por um conteúdo formativo-teórico, apontado para o agir consciente, competente e eficaz, exatamente porque o CNLB é esse espaço do desenvolvimento, do entendimento da vocação/missão laical, no chão que se pisa para a ação evangelizadora.

É por isso que sempre **ao começar uma reunião, uma assembleia, um encontro**, em seus vários níveis, o CNLB sempre apresenta uma **análise de conjuntura da realidade**, essencial para se entender o momento presente, para dar respostas eficazes de transformação conforme a tradição cristã. Sem entender essa realidade, como agir por dentro do tecido humano da sociedade, como ter uma ação eficaz?

Este ano teremos **eleições**. Não podemos refletir teologicamente sobre o processo político se não entendermos que a política existe em vista da dignidade da Pessoa e do Bem Comum de todos e todas. As eleições deste ano resguardam, ou não, a nossa Democracia. Eleição é decisão para a construção de uma sociedade onde a pessoa e sua vida digna seja o centro de tudo. Aí está a possibilidade e exigência do protagonismo laical.

Conhecer a DSI, nos leva ao conhecimento da realidade e nos torna capazes do discernimento cristão.



MÃOS NA MASSA

Tendo como base as frases da “**Evangelii Gaudium**” abaixo:

- Devemos dizer não a uma economia da exclusão e da desigualdade social.
- Esta economia mata.
- Tudo entra no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso engole o mais fraco.
- Grandes massas da população vêm-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectivas.
- O ser humano é considerado, em si mesmo, como um bem de consumo.
- Vivemos a cultura do descartável.
- Os excluídos não são explorados, mas resíduos, sobras (53)

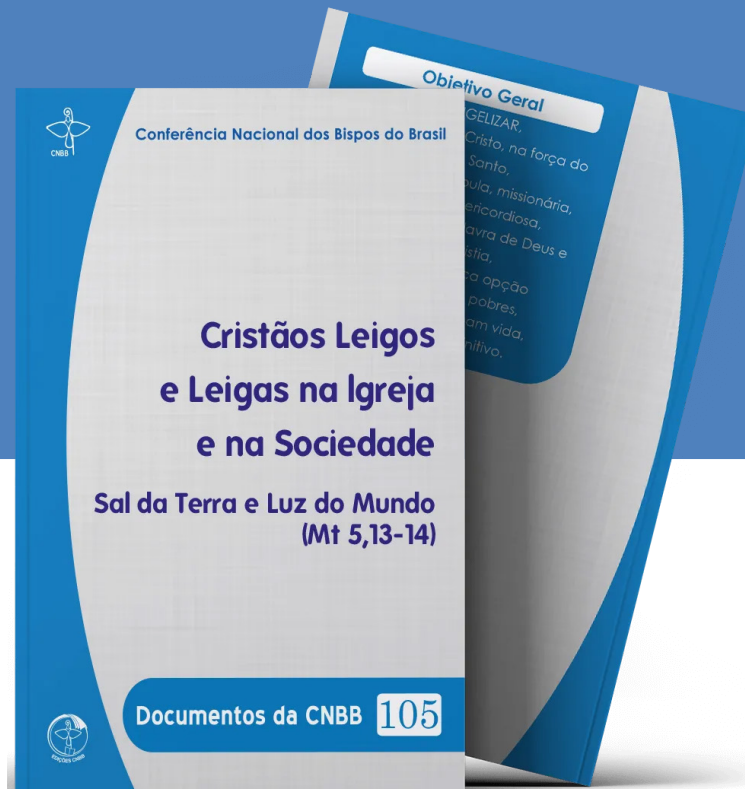


Sugestão de aprofundamento – infografia do dicastério para o desenvolvimento humano integral sobre a “**Dilexit te**”.

https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/apost_exhortations/documents/20251004-dilexi-te.html

Para a nossa reflexão:

- 1- Que comportamentos você mudaria no seu modo de enxergar a realidade?
- 2- O que você acrescentaria ao seu conhecimento sobre a realidade?
- 3- Qual destas constatações você escolheria para uma redação ou palestra?
- 4- Enquanto CNLB, que ações proporia para seu grupo?
- 5- Sendo cristão leigo e leiga, como construir a cidadania e a eclesialidade num só e único movimento?



10 anos do Doc. 105 CNBB

“Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade”

2026 marca os 10 anos da publicação do Documento 105 – “Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade: Sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14)”. Para celebrar a data, a cada mês faremos um recorte deste documento que é referência para o laicato no Brasil.

Entendemos o laicato a partir da eclesiologia do Concílio Vaticano II, retomada com insistência pelo Papa Francisco: a Igreja é o Povo de Deus, constituída pelo laicato, a vida religiosa consagrada e o clero. Seu horizonte é o Reino de Deus inaugurado por Jesus Cristo. Pelo batismo, as diferentes vocações, ministérios e serviços ganham a cidadania eclesial, a pertença à Igreja e o chamado a ser discípulas e discípulos missionários.

Toda a reflexão sobre a identidade, a vocação, a espiritualidade e a missão do laicato encontra na Igreja Povo de Deus o seu fundamento. Os cristãos leigos e leigas não *fazem parte* da Igreja, mas *são* Igreja. E, como insistiu o Papa Francisco, Igreja em saída, missionária, a serviço do Reino nas diversas realidades contemporâneas.

Eder D’Artagnan, marista e membro da presidência do CNLB

Datas a serem lembradas neste mês



Dia Mundial da Paz – Santa Maria Mãe de Deus - O Dia Mundial da Paz em 1º de janeiro de 2026 é uma data para refletir sobre a paz e foi instituída pelo Papa Paulo VI em 1967. O tema para 2026, escolhido pelo Papa Leão XIV, é “A paz esteja com todos vós: rumo a uma paz desarmada e desarmante”, que incentiva a rejeição da lógica da violência e da guerra, promovendo uma paz baseada no amor e na justiça.



Epifania do Senhor - Também conhecida como Dia de Santos Reis, marca o momento da manifestação de Jesus Cristo como o enviado de Deus, quando o mesmo se auto conclama filho do Criador.



Dia da Gratidão: Gratidão em outras línguas, sempre está no nível do agradecimento: thank you, zu danken, merci, gracias, grazie e quer dizer, retribuo com uma graça por aquilo que me deu. Só em português é que se agradece com o mais profundo do tratado gratidão: Obrigado, mais do que ficar me obrigo, comprometo a partilhar contigo, crio um vínculo. Se não é assim que acontece na realidade, pelo menos é o sentido da palavra.



Batismo do Senhor - O Batismo do Senhor em 2026, acontece após a Epifania (Dia de Reis), celebrada no domingo, 4 de janeiro. É também o momento em que se encerra o Jubileu Ordinário da Esperança, 2025/2026, com o fechamento da Porta Santa em 6 de janeiro. A Festa encerra o Tempo do Natal e marca o início do Tempo Comum.



Dia Mundial da Religião – O termo vem do latim, “religare”, religar duas partes em separado. Em termos religiosos significa o caminho que o ser humano busca para encontrar respostas às suas eternas perguntas acerca da vida e do seu destino.



Dia de Combate à Violência e Intolerância Religiosa – A intolerância religiosa se dá quando num discurso de salvação parte-se da certeza de que a sua crença é a única e verdadeira, por isso, a busca do outro para salvá-lo. Por isso, vemos pessoas e templos atacados, símbolos ofendidos.

EM PAUTA**Conhecendo o Novo Estatuto****UM NOVO TEMPO, UM NOVO ESTATUTO**

O processo de atualização do Estatuto do Conselho Nacional do Brasil – CNLB é uma história bonita de contar. Primeiro, pela vontade cristãos leigos e leigas do CNLB de ver a partir do Estatuto, um organismo fortalecido na sua identidade, espiritualidade e organização e segundo, pela participação desse laicato em todo o processo de discussão, com um itinerário que iniciou em setembro de 2023 e culminou com a aprovação das alterações, em junho de 2024, durante a Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em Manaus, no Estado do Amazonas-AM.

A denominação e natureza do organismo, concentrou um esforço maior nesse processo, pois era importante garantir sempre uma vinculação à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Assim, em artigo 1º já define que o Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB, instituição vinculada à CNBB, é uma associação de cristãos leigos e leigas católicos de direito público eclesiástico, representados por suas organizações, que assumem as diretrizes emanadas do Magistério da Igreja Católica, constituindo-se como associação privada de âmbito nacional, sem fins lucrativos e sem vínculos político-partidários, com prazo de duração indeterminado, que articula, congrega e representa o laicato do Brasil, nos termos do Estatuto.

Nos próximos meses, continuaremos apresentando as mudanças que foram necessárias para melhor atender às demandas do laicato como sujeito eclesial na Igreja e na sociedade.

Maria das Graças Silva Gervásio - Pastoral da Criança e
membro do Grupo de Trabalho que redigiu o novo Estatuto do CNLB



CONHECENDO A REALIDADE DO CNLB

REGIONAIS – ORGANIZAÇÕES FILIADAS

“Os cristãos são chamados a serem os olhos, os ouvidos, as mãos, a boca, o coração de Cristo na Igreja e no mundo”

(CNBB, Doc. 105. n.º 102).

Os cristãos leigos e leigas assumindo sua vocação de ser “sal da terra e luz do mundo” têm se organizado e se posicionado, a partir do seu batismo, buscando construir processos formativos em consonância com a Igreja sinodal, pois, sinodalidade é o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio.

Com palavras e atitudes, o Papa Francisco nos deixou o legado por uma ruptura com o clericalismo institucionalizado, que já não responde aos clamores de um mundo marcado por guerras, individualismo, exploração, consumismo e destruição ambiental. Francisco reavivou a missão conferida por Jesus a todos os batizados e batizadas. O Documento de Aparecida (2007) reforça que o caminho da Igreja passa pelas periferias existenciais e geográficas, partilhando dores e esperanças com o povo.

À luz desse contexto, a Arquidiocese de Chapecó, desde sua criação, vem desenvolvendo um processo formativo atento às necessidades de cada tempo histórico. Ao longo dessa trajetória, foi-se configurando, de maneira gradual e consistente, uma transição — inspirada nas orientações do Concílio Vaticano II de um modelo de Igreja mais romanizado e clerical para uma Igreja-Cebs, povo de Deus, libertadora, servidora, missionária e sinodal. Essa transformação só foi possível graças a uma formação sólida, teórica e prática, estruturada em conteúdo, métodos e experiências que contribuíram para forjar sujeitos eclesiais e sociais capazes de assumir responsabilidades, ler os sinais dos tempos e participar ativamente na construção da história.

A criação do CNLB em 2023, marca um esforço renovado para organizar e capacitar o laicato a cumprir seu papel profético e missionário na sociedade, especialmente na promoção da justiça e na defesa de todas as formas de vida.

O processo formativo integral continua sendo um desafio que compromete cada vez mais cristãos leigos e leigas. Para tanto, os “Parâmetros básicos da formação do Laicato” são alicerce que contribui para desenvolver itinerários formativos que possibilitem capacitar o Laicato para responder demandas no interno da Igreja, mas especialmente no vasto campo de missão na sociedade (Doc.105).

Neste contexto e intuito um dos instrumentos ainda em fase de consolidação para implementação, elaborado pelo CNLB, é o “PROJETO GERMINAR” que contempla um percurso com o objetivo de “plantar sementes de organização laical, por meio de visitas, processos formativos e materiais acessíveis, de modo que novos núcleos possam despontar com autonomia, corresponsabilidade e apoio contínuo na missão de evangelizar”.

OCNLB também se insere na proposta e no processo de implementação do Sínodo através das Assembleias Paroquiais, Regiões Pastorais e da Arquidiocese.

Como CNLB da Arquidiocese de Chapecó, ousamos trilhar caminhos sinodais, como peregrinos/as de esperança, alicerçados no Evangelho, a caminho do Reino.

Marlise Ritter – a serviço da Presidência do CNLB Arquidiocese de Chapecó
e Vice-Presidência do CNLB Nacional



AGENDA FORMATIVA CNLB

FEVEREIRO
2026

CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2026

Quero propor uma reflexão que, talvez, nos desconcerte: O que significa “ter uma casa”? E, mais profundamente, o que significa “habitar com dignidade”, à luz da fé cristã? Para esta Campanha da Fraternidade de 2026 o lema é: **“Ele veio morar entre nós”** (Jo 1,14). Esse versículo fala de um Deus que escolhe estar próximo, que assume nossa humanidade e faz da convivência e da presença um sinal de amor, e nos convida a se fazer próximos de nossos irmãos e irmãs, pois, as chagas só aparecem quando a gente se aproxima e escuta. A escultura do Cristo Sem-Teto, de Timothy Schmalz, nos convida a refletir sobre a dignidade das pessoas marginalizadas, a importância da compaixão e a respondermos: **“onde mora o Cristo hoje?”**

Habitar, portanto, não é só ocupar um espaço, é viver relações que nos sustentam. Mas o que acontece quando a moradia se torna impossível? Quando a desigualdade, o abandono e o preconceito empurram pessoas para uma vida sem teto, sem lar e sem apoio? Infelizmente, para muitas pessoas, principalmente as mais pobres e as que vivem à margem, o cárcere... a rua acabam sendo as únicas formas de “casa” que lhes foi possível conhecer.

É duro dizer isso, mas há vidas marcadas por tanta exclusão que o único teto, a única refeição regular e a única cama conhecida estão dentro de uma cela. E isso revela um profundo fracasso da nossa sociedade. O Brasil tem um déficit habitacional de 6 milhões de domicílios (habitação precária, coabitação, aluguel excessivo), o que representa 8,3% dos domicílios existentes. Além disso, tem mais de 300 mil pessoas vivendo na rua – um número que cresceu nos últimos dez anos. Para entender o problema da habitação, precisamos colocá-la no contexto da enorme desigualdade social que caracteriza nosso país.

Dois são os fatores principais que produzem esta desigualdade: nosso sistema tributário (impostos) e o sistema da dívida pública. Para se ter ideia, quem ganha o Bolsa Família paga quase metade do que recebe em impostos. No Brasil, a alíquota máxima é de 27,5%, atingindo mesmo quem ganha 5 salários mínimos e pesando menos sobre os mais ricos. Desde 1995, foi extinto o imposto sobre lucros e dividendos de pessoas: em outras palavras, houve uma forte redução dos impostos pagos pelos ricos. Em suma, o nosso sistema tributário, ao favorecer os mais ricos e penalizar a maioria, aumenta a desigualdade social – que representa, entre inúmeras consequências, a impossibilidade do acesso à moradia digna para a maior parte dos brasileiros. (VER – CF 2026)

Na fé cristã, o ato de “habitar” tem um valor profundo. Deus habita entre nós. Ele escolhe estar presente, mesmo nas realidades mais duras. A moradia não é

apenas um teto. É o lugar da memória, da segurança, da esperança. É onde se experimenta o cuidado e a intimidade. Sem casa, não há descanso. Sem lar, não há identidade. E para as pessoas, reconstruir essa casa, física e interior, é uma das tarefas mais difíceis e mais urgentes.

Falar em moradia também é falar de duas dimensões complementares:

- a casa interior, que representa o equilíbrio, o perdão e a auto-estima;
- e a casa social, que é o espaço de acolhida, oportunidade e reinício. Quando uma pessoa sai da prisão, precisa reconstruir as duas, e raramente encontra portas abertas para isso. Quero te convidar agora a um exercício simples, mas profundo. Imagine uma pessoa que perdeu tudo: o lar, o convívio familiar, a confiança dos outros.
- O que ela sentiria ao voltar para a rua e não ter para onde ir?
- Como podemos ajudá-la a reconstruir um lugar de acolhida? O direito à moradia é garantido pela Constituição, mas a realidade das pessoas que viveram em situação de cárcere e hoje estão nas ruas mostra que ainda há muito a ser feito. Faltam políticas habitacionais específicas, programas de acolhida temporária e ações que combatam o estigma. É por isso que a atuação das comunidades e pastorais é tão importante: a Igreja pode ser esse espaço onde as portas se abrem de novo. Podemos começar com pequenos gestos:
- organizar mutirões de documentação para sobreviventes do cárcere, (i)migrantes,
- articular parcerias com movimentos de moradia,
- oferecer espaços temporários de acolhida,
- ou simplesmente escutar, escutar de verdade, quem passou por situações conflitantes e quer recomeçar. Esses gestos, quando feitos com amor, se tornam **sinais do Reino de Deus habitando entre nós**.

Entre nós e as pessoas que vivem por moradia digna e despejo zero, há uma distância que só pode ser vencida pela compaixão. **E a fé nos lembra que ninguém é irrecuperável, ninguém é sem morada aos olhos de Deus.** O Cristo que nasceu sem casa, que foi acolhido num estábulo e que também foi encarcerado, torturado e assassinado pela sociedade da época é o mesmo que hoje nos convida a **construir lares de dignidade** para todos e todas. Por isso, te convido a levar essa reflexão para a sua comunidade? Como podemos transformar nossas paróquias em espaços que acolhem, que curam e que ajudam a reconstruir vidas? O Reino de Deus começa quando alguém encontra um lugar para descansar, para ser ouvido e para viver com dignidade. A grande pergunta da avaliação da CF 2026: **conseguimos PROMOVER a moradia digna como prioridade e direito?**

Profª Rosilda Ribeiro Rodrigues Salomão, Cristã Leiga,
atuando na Pastoral Carcerária do MS para Questão da Mulher Encarcerada.

MEMÓRIA

Maria da Penha Gomes de Sousa, foi uma missionária cuja vida se dedicou inteiramente ao serviço da Igreja e à evangelização. Na Paróquia São José Operária iniciou sua caminhada, destacando-se pela humildade, eficiência e amor ao servir. Na Arquidiocese de Vitória, desempenhou papéis fundamentais como Secretária do COMIDI e Coordenadora da Infância Missionária, implantando esse serviço em quase todas as paróquias.



**Maria da Penha
Gomes de Sousa** †

Viveu missões marcantes na região amazônica, especialmente em Lábrea, onde evangelizou comunidades ribeirinhas e aprendeu a valorizar novas culturas. Estudou Missiologia em Brasília e, por quase 17 anos, comunicou a fé como voluntária na Rádio América, apresentando o programa Nas Ondas da Missão.

Serviu também no Conselho de Leigos e Leigas da Arquidiocese de Vitória, CLAV, sempre reconhecida por sua organização e carisma. Mais recentemente, atuou em círculos bíblicos nas paróquias São Francisco de Assis e Santo André, onde implantou e coordenou novos grupos com entusiasmo e dedicação.

Mulher de fé profunda, alegre e acolhedora, deixou um legado de amor, serviço e missão. Casada com Nivaldo Alves de Sousa, foi mãe amorosa de Alessandro, Cristiane e Nivaldo Júnior (in memoriam). Seu testemunho permanece vivo no coração de todos que a conheceram

PALAVRA DO PAPA LEÃO XIV

“A santidade cristã floresce, com frequência, nos lugares mais esquecidos e feridos da humanidade. Os mais pobres entre os pobres – que não apenas carecem de bens, mas também de voz e do reconhecimento da sua dignidade – ocupam um lugar especial no coração de Deus. São os preferidos do Evangelho, os herdeiros do Reino (cf. Lc 6, 20). É neles que Cristo continua a sofrer e a ressuscitar. É neles que a Igreja reencontra o chamamento a mostrar a sua realidade mais autêntica.”

(Dilexit te n.76)



INTENÇÃO DE ORAÇÃO DO PAPA CONFIADAS A REDE MUNDIAL DE ORAÇÃO PARA FEVEREIRO DE 2026

Pelas crianças com doenças incuráveis

Rezemos para que as crianças que sofrem de doenças incuráveis e as suas famílias recebam os cuidados médicos e o apoio necessários, sem nunca perderem a força e a esperança.



CONVERSANDO

Há um pensamento atribuído a Leonardo Boff e mencionado em várias de suas falas e escritos que dá base a uma bela reflexão:

“O Cristianismo e as instituições não têm primordialmente a finalidade de santificar os fiéis se não de humanizar as pessoas, o ser humano em geral. Deus se humaniza assumindo acontecimentos sócio-políticos, nas carências nos incômodos a existência, assumindo os trabalhos simples do povo, assumindo nossas alegrias em nós e as dos demais, assumindo a situação concreta dos pobres, se humaniza nascendo num presépio. Aí cresce a santidade”.

“Deve contudo manter-se firme o princípio importantíssimo em filosofia social (subsidiariedade): do mesmo modo que não é lícito tirar aos indivíduos, a fim de o transferir para a comunidade, aquilo que eles podem realizar com as forças e a indústria que possuem é também injusto entregar a uma sociedade maior e mais alta o que pode ser feito por comunidades menores e inferiores. Isto seria, ao mesmo tempo, grave dano e perturbação da justa ordem da sociedade; porque o objeto natural de qualquer intervenção da mesma sociedade é ajudar de maneira supletiva os membros do corpo social e não distraí-los e absorvê-los”.

(Quadragesimo Anno/Pio XI)

CONHECENDO MAIS A DSI

O mês passado abordamos os princípios da **Prioridade da Pessoa Humana e do Bem Comum**. E para protegê-los, a DSI fala do princípio da **SUBSIDIARIEDADE**. Um nome tão difícil para uma questão tão natural: as próprias pessoas são as primeiras instâncias importantes na busca da proteção da dignidade humana e do bem comum. O que se espera, é que a princípio, as pessoas em geral, se organizem entre si, por educação, justiça, saúde, moradia, trabalho ... na luta por vida digna ou seja na busca de seus direitos, a maioria das vezes esquecidos ou negados.

A garantia da **SUBSIDIARIEDADE**, do **poder falar por si e ouvir os demais, lutar por si e junto com os demais**, é um direito de cada pessoa, de cada comunidade. É o respeito à **autonomia** de cada um, cada uma.

Um apoio maior, de instâncias superiores é aceitável e muitas vezes necessário quando as pessoas, famílias e associações precisam de apoio **solidário**. A Solidariedade é outro princípio da DSI, pois é na fé no Cristo e na sua prática que acreditamos que por ela, a sociedade se torna o lugar da Vida e da Esperança.

As instâncias superiores, como os Governos, Estados, ao final, podem dar seu apoio solidário à sociedade organizada na luta por seus direitos. Porém, a burocratização, descentralização, assistencialismo são intervenções que tiram a responsabilidade do grupo organizado, provocando a perda de suas motivações. Essas intervenções, muitas vezes parciais e autoritárias e que não caminham junto com o clamor do grupo, entram em choque com a **Subsidiariedade**.



APROFUNDANDO O CONHECIMENTO



Solidariedade – Vem do francês, *Solidarité*. É muito mais que dar esmola, é se identificar com o sofrimento do outro, criar um vínculo, um compromisso com o problema da pessoa ou do coletivo.



Direito da pessoa – É o conjunto de garantias individuais e sociais que permite a ela ter o direito à vida, à liberdade, à segurança, à igualdade, à propriedade e a condições mínimas para uma vida digna, educação, saúde, trabalho, teto, participação na vida política quer seja da comunidade, quer nas instâncias políticas superiores.



Autonomia – É um processo contínuo de construção da consciência crítica, onde o indivíduo se torna sujeito de sua própria história, capaz de tomar decisões, pensar por si mesmo e intervir no mundo, saindo da heteronomia (subordinação) para a capacidade de “dizer sua palavra” e transformar a realidade, o que se constrói na experiência e no diálogo, com o professor criando as condições para esse desenvolvimento, e não impondo, formando cidadãos éticos e reflexivos. (Cf Pedagogia da Autonomia)



Movimento Popular – É um coletivo de cidadãos e cidadãs, que buscam dar voz e força à participação da população, principalmente dos mais desfavorecidos em suas necessidades básicas, culturais.

LER, REFLETIR, COMENTAR

Como você faria uma reflexão conjunta com esse pensamento de Paulo Freire de que o processo para a pessoa ser ela mesma é um “vir a ser” para se constituir “ser para si”, como consciência de si próprio, ao mesmo tempo, que é um “ser com os outros” e “para os outros” e vai se realizando nas relações que tem com as demais pessoas.

Nos grupos, as pessoas respeitam o nível de participação de cada um, cada uma; esperam ser respeitadas também nas suas participações? Entendem que o crescimento pessoal e grupal se dá à proporção que todos são ouvidos e que juntos chegam à uma conclusão comum? Nos nossos grupos eclesiais, como se dá nossa participação, enquanto **sujeitos**, sabedor de si e da sua contribuição ou de **objeto**, com comportamento passivo, só dizendo amém? Quando, ter voz e voto, é sinal de sinodalidade na Igreja?



RECORDANDO

Na Igreja não é na simples presença do fiel e sim na sua participação que concretamente se forma a estrutura eclesial. Enquanto a Igreja possuir uma estrutura clerical, uma estrutura de poder, dificilmente se conseguirá real participação. A mudança de mentalidade é para todos e todas, independente da vocação ou função. “Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo”. Há diferentes ministérios, mas um mesmo é o Senhor. “Há diferentes atividades, mas um mesmo é o Deus que realiza todas as coisas em todos.”
(1 Cor 12,4-6)

VOCÊ SABIA?

A Doutrina Social da Igreja tem uma dimensão teórica, porque ela é formada pela raiz teológica, moral ou racional derivados do Evangelho, mas tem também a dimensão da experiência humana da Igreja histórica.

Por isso dizemos que ela é interdisciplinar. Ela chama atenção, discorre sobre o problema, mas tem necessidade das demais ciências, da economia, da sociologia, da psicologia, por exemplo, para compreender a complexidade da realidade. Isso abre um leque de temas, situações a serem abordadas, que sem o seu conhecimento profundo não se delineia uma ação realmente transformadora.

A DSI, A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E O ANO DE ELEIÇÕES



*“Com efeito, os movimentos populares convidam a superar “aquela ideia das políticas sociais concebidas como uma política para os pobres, mas nunca com os pobres, nunca dos pobres e muito menos inserida num projeto que reúna os povos”. Se os políticos e os profissionais não os ouvirem, “a **democracia** atrofia-se, torna-se um nominalismo, uma formalidade, perde representatividade, vai se desencantando porque deixa de fora o povo na sua luta diária pela dignidade, na construção do seu destino”. O mesmo se deve dizer da Igreja”.*

(DT n. 81)



É através da ação política organizada que se pode construir políticas públicas que visam a **dignidade da pessoa humana e o bem comum**. O movimento popular é um desses espaços de participação política.

Por outro lado, se não houver essa participação de homens e mulheres que insuflam o processo político com esses princípios da Doutrina Social da Igreja, quem tomará as rédeas da política serão os que buscam desfrutar de um poder que privilegie a si próprio e dos interesses do seu grupo. Grupos econômicos e de negócios, fortalecem votos em prol de suas ideias, criando bancadas legislativas que não levam em consideração nenhum dos princípios da DSI. Estão a serviço de interesses e não de pessoas; promovem o Bem próprio e não o Bem Comum; não respeitam o princípio da Subsidiariedade, que promove a **Democracia** Representativa, permitindo a participação do povo.

Os cristãos leigos e leigas organizados se agregam a grupos populares para garantir que os princípios do Evangelho, da DSI, sejam respeitados. **Hoje, colocar nosso voto na urna significa arregaçar as mangas e participar da transformação para uma melhor sociedade. Ou, fazemos história, enquanto cidadãos, cidadãs, ou a história será feita contra nós.**



MÃOS NA MASSA

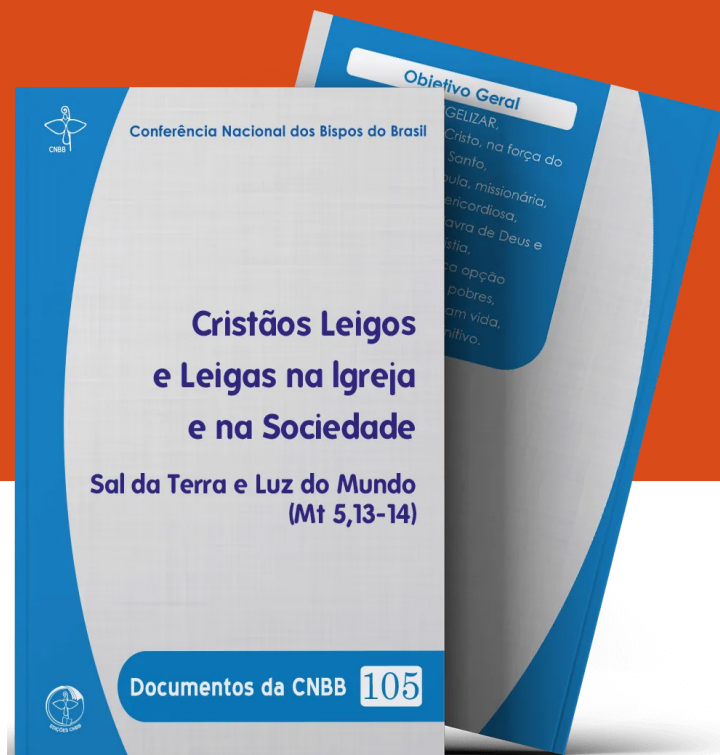
Tendo como base Paulo Freire: Se é um cientista, tenta “esconder-se” no que considera a neutralidade de sua atividade científica. [...] Se é um religioso, estabelece a impossível separação entre mundanidade e transcendência. Se opera no campo das ciências sociais, trata a sociedade, enquanto objeto de seu estudo, como se dela não participasse. [...] Sua concepção da realidade é mecanicista e fatalista. A história é o que foi e não o que está sendo e em que se gesta o que está por vir. O presente é algo que deve ser normalizado, e o futuro, a repetição do presente, o que significa a manutenção do status quo. (*Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos* 8ª ed./Paz e Terra/ p.90)

Para que o “status quo”, o estado das coisas não continuem como estão desfavorecendo a participação popular sugerimos:

O Orçamento Participativo – que muda toda a estrutura do Estado, cujo corpo técnico tem que se adequar e avançar junto com a população organizada. O governo não pode fazer o que quer, mas tem que consultar e dar respostas sobre a execução do que foi proposto pelo grupo popular. O OP questiona o Legislativo. Este tem no orçamento o momento da barganha, pede obras para redutos eleitorais, exige destinações as mais diversas, como por exemplo, shows milionários com cantores. Com o OP a própria elaboração das leis orçamentárias passa por ampla participação popular, quebrando assim a forma clientelista de proceder. Aplicado adequadamente, o OP é uma das formas mais profundas de construir a democracia participativa, já que questiona e dá ao Estado outra forma de se estruturar, a partir das bases.

Conselhos de Direitos – Surgiram do desejo da participação popular na gestão e na deliberação das políticas públicas; são órgãos colegiados, criados por lei, que formulam, supervisionam, controlam e avaliam políticas públicas. Exemplos: como os direitos da criança e do adolescente, saúde, educação, assistência social, direitos humanos, específicos, culturais.

É comum um Prefeito querer distribuir as ações públicas a seus redutos eleitorais ou ele próprio montar a seu gosto um Conselho de Direito como continuação de seu gabinete. O caminho a ser trilhado, qual seja, é a formação eficaz de seus conselheiros para que possam ter uma participação popular eficaz. Sua composição é paritária, uma porcentagem do governo, outra da população. Por isso, às vezes, o conselho de direitos é chamado de conselhos paritários.



10 anos do Doc. 105 CNBB

“Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade”

“A vocação própria dos leigos é administrar e ordenar as coisas temporais, em busca do Reino de Deus”. Essa afirmação da *Lumen Gentium* (n. 31), constituição dogmática do Concílio Vaticano II sobre a Igreja, distingue a missão específica do laicato. Em muitos contextos e realidades, as lideranças leigas são o rosto e as mãos da Igreja, testemunhando o Evangelho de Jesus, a opção pelos pobres, a luta em defesa da vida em todas as suas formas.

O Documento 105 (n. 11) confirma: “A partir da sua vocação específica os cristãos leigos e leigas vivem o seguimento de Jesus na família, na comunidade eclesial, no trabalho profissional, na multiforme participação na sociedade civil, colaborando assim na construção de uma sociedade justa, solidária e pacífica, que seja sinal do Reino de Deus inaugurado por Jesus de Nazaré”.

A maior parcela do Povo de Deus são os cristãos leigos e leigas, com seus muitos rostos: casais, solteiros, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, mulheres, viúvos e viúvas (Doc. 105, 51-58). São atuantes nas dioceses, paróquias, comunidades, pastorais, movimentos, ONGs, partidos políticos, sindicatos, Conselhos de Políticas Públicas, como homens e mulheres da Igreja no coração do mundo (Doc. 105, 59-62).

Eder D’Artagnan, marista e membro da presidência do CNLB

DATAS A SEREM LEMBRADAS NESTE MÊS



Apresentação do Senhor - (Lc 2,30-32). A Festa da Apresentação do Senhor é o presságio do mistério da Salvação, em que a Luz que ilumina as nações, a qual é o próprio Cristo, vem ao encontro de todos a fim de oferecer a misericórdia e a libertação tão esperada por Israel e por todos os confins da Terra.



Dia Nacional de Luta pelos Povos Indígenas – “ É indispensável prestar especial atenção às comunidades indígenas com as suas tradições culturais. Não são apenas uma minoria entre outras, mas devem ser ouvidas...quando se avança com projetos que afetam seus espaços... Para eles, a terra não é um bem económico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam interagir para manter a sua identidade e valores. Quando permanecem em seus territórios são quem melhor os cuida”. (LS 146)



Dia Internacional de Oração e Reflexão contra o Tráfico de Pessoas – Na festividade de Santa Josefina Bakhita, sudanesa que aos 9 anos foi vítima do tráfico, vendida e comprada diversas vezes. Nasceu em 1869 e faleceu em 1947; foi canonizada em 2000. O tema desse dia focaliza o drama do tráfico de pessoas entre as populações itinerantes, os migrantes, refugiados e os banidos. Somos convidados a acender uma luz e orar por eles/as.



Nossa Senhora de Lourdes - é um dos títulos da Virgem Maria, celebrada a partir das aparições a Santa Bernadete Soubirous em uma gruta em Lourdes na França, em 1858, sendo um ícone de cura e esperança, com a água milagrosa da fonte brotando sob seu pedido, é um convite à oração para todas as pessoas enfermas, onde neste dia celebramos o **Dia Mundial da Saúde**.



15 a 17 – Carnaval - festa popular efervescente brasileira antes da quaresma, marcada por desfiles, fantasias, máscaras e muita música que representa nossa identidade, permitindo que as pessoas se divirtam e deixem de lado a rotina diária.



Quarta-feira de Cinzas, início da Quaresma – Os ramos bentos no Domingo de Ramos do ano anterior dos quais formam as Cinzas, lembram o Cristo vitorioso sobre a morte; assim, ele é símbolo de vitória e triunfo. Quaresma, momento de oração, penitência, jejum e ação concreta de caridade e conversão, porque a necessidade do irmão recorda a fragilidade da nossa vida diante das infinitas possibilidades do amor de Deus por nós.



Lançamento da CF – A Campanha da Fraternidade nasceu em 1962, em Natal (RN), por iniciativa de um grupo de padres que, sob a liderança de Dom Eugênio de Araújo Sales, buscavam arrecadar fundos para a Cáritas Brasileira. A campanha teve grande repercussão e, em 1964, foi assumida em âmbito nacional pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), impulsionada por Dom Helder Câmara.



Dia da Justiça Social – O conceito de justiça social surgiu como necessidade de alcançar uma **repartição equitativa** dos bens sociais. O **Bem Comum**, é um dos princípios da DSI.



Dia Mundial de Sensibilização das Doenças Raras - Lembrar que a intenção de oração do Papa para este mês, é rezar pelas crianças portadoras de doenças incuráveis. Entre essas, as de doenças raras.

EM PAUTA

Um novo tempo, um novo estatuto

No processo de atualização do Estatuto, outra necessidade foi adequá-lo ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) para tornar o organismo elegível à captação de recursos, principalmente para garantir a formação do laicato e outras demandas pertinentes à atuação juntos aos regionais, dioceses e prelazias.

Assim, considerando que o CNLB é um organismo que representa institucionalmente o laicato do Brasil, nacional e internacionalmente, reunindo e articulando diversas organizações laicais e também atua em parceria com os demais Organismos do Povo de Deus, com os poderes públicos e entidades da sociedade civil nos termos do Estatuto, definiu no seu artigo 3º, “Objetivos institucionais e sociais”. Conforme parágrafo segundo deste artigo, na busca de alcançar os objetivos sociais, à luz da evangélica opção pelos pobres e orientado pelo Ensino Social da Igreja, pelo Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e demais princípios constitucionais, o CNLB se empenhará em promover o bem comum; defender o acesso universal à educação de qualidade e inclusiva; promover a articular ações na área das assistência social, saúde, educação e ecologia integral.

Importante ressaltar que foi contemplado no Estado no parágrafo terceiro sobre seus objetivos, que o CNLB poderá criar e manter atividades-meio como instrumento de captação de recursos e de suporte financeiro à promoção de suas finalidades institucionais e sociais, inclusive participar de editais para a execução de projetos.

Estão gostando de saber dessas mudanças no Estatuto? Continuem acompanhando as alterações feitas nos próximos meses.

Maria das Graças Silva Gervásio - Pastoral da Criança e membro do Grupo de Trabalho que redigiu o novo Estatuto do CNLB



Legenda da foto

CONHECENDO A REALIDADE DO CNLB

REGIONAIS – ORGANIZAÇÕES FILIADAS

O MINEIREAR nasce do desejo de fortalecer a caminhada dos CNLBs das Arquidioceses do Regional Leste 2- Minas Gerais, renovando o compromisso de formar cristãos leigos e leigas que vivam sua vocação com alegria, maturidade e espírito missionário. A formação integral que o CNLB oferece há décadas continua sendo um espaço privilegiado onde muitos encontram sua identidade de discípulos, aprofundam a fé, descobrem seus dons e se reconhecem como presença da Igreja no meio do povo.

Inspirados pelo convite do Papa Francisco a sermos uma “Igreja em Saída”, retomamos o verbo “**Primeirear**” como atitude missionária e o traduzimos, com carinho e criatividade, no gesto de “**Mineirear**”: ir ao encontro, escutar com atenção, discernir os sinais dos tempos e caminhar com as comunidades de Minas Gerais.

Em meio aos desafios que marcam a vida eclesial e social — como o avanço do clericalismo, do individualismo e da perda do sentido comunitário — o laicato é chamado a ser presença firme, solidária e profética, testemunhando o Evangelho nas periferias geográficas e existenciais.

Por isso, o itinerário formativo que propomos integra dimensões humanas, bíblicas, espirituais, sociais e pastorais. Queremos ajudar as lideranças a ler a realidade com olhar misericordioso, fortalecer a espiritualidade do discipulado missionário e fomentar a construção de comunidades mais sinodais, participativas e comprometidas com a vida. Os eixos do projeto de formação são: fortalecimento dos conselhos diocesanos de cristãos leigos e leigas, incidência política, sinodalidade/eclesialidade e bandeiras de luta que apontam para uma Igreja que acolhe, e que se deixa interpelar, que promove a justiça e que cuida da Casa Comum.

A metodologia prioriza a escuta das experiências, a partilha fraterna e o aprendizado comunitário, unindo teoria e prática. Realizaremos encontros formativos regionais, reuniões virtuais, visitas às Arqui/Dioceses e acompanhamento às lideranças locais, sempre cultivando a pertença ao Regional Leste 2 e a co-responsabilidade entre seus Conselhos. Queremos animar os jovens, valorizar as mulheres, fortalecer a comunicação e suscitar novas lideranças capazes de anunciar a esperança do Reino em todos os ambientes.

Assim, este projeto se coloca como um caminho de comunhão e missão, para que o laicato mineiro continue iluminando a realidade com a força do Evangelho, promovendo à vida digna, a justiça, a paz e o cuidado com toda a criação.

Leonardo Henrique de Souza Moura - Secretário Geral
CNLB- Regional Leste 2 e Membro da Equipe de Comunicação CNLB Nacional.



AGENDA FORMATIVA CNLB

MARÇO
2026

MULHER E SOCIEDADE

A mulher desempenha uma relevante importância desde os primórdios da sociedade. Logo: “Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Ângela Davis. Vale ressaltar a partir de Ângela Davis, a força, o movimento e a articulação das mulheres na estrutura da sociedade, embora elas não estejam presentes na maioria dos espaços de representatividade. Porém, assim como uma sankofa é necessário olhar para trás com foco na caminhada pela frente e reconhecer a sabedoria das nossas mulheres anciãs que nos cumula de bênçãos e sabedoria popular através da oralidade e o cuidado para garantir a permanência da cultura e memória quando se trata historicamente da população indígena e negra.

Lélia Gonzalez nos ensina que os valores são transmitidos tradicionalmente por uma função materna que é exercida também tradicionalmente em sua maioria por mulheres negras na história brasileira (Gonzalez, 2018. P,190)

Essas duas intelectuais nos fazem refletir sobre a potencialidade das mulheres na organicidade da cultura, memória e história. Por outro lado, há sempre que se perguntar: onde estão as mulheres em relação a atuação nas igrejas, espiritualidade, na educação, nos espaços de gestão, na economia, na política dentre outros?

É certo que nos dias atuais, temos o desafio da incipiência da presença das mulheres em diversos espaços, considerando a trajetória histórica da construção da sociedade brasileira pautada no machismo e racismo estrutural. Mas ainda com esse desafio, a mulher é presente em espaços estratégicos. Como podemos evidenciar segundo dados oficiais da educação. As mulheres são maioria no domínio da docência da educação básica, são as mulheres que ainda ocupam espaços na gestão escolar, as mulheres superam os homens no ensino superior, bem como são elas que também estão no ranking à frente dos homens com ensino superior completo. Mas infelizmente os dados oficiais também evidenciam as mulheres no ranking da feminicídio e na baixa presença dos espaços de deliberação de poder, principalmente no poder político.

Esses dados são significativos para legitimar a potência das mulheres na educação porque acreditamos que a transformação da sociedade passa pela educação.

Daí a expectativa de que através da educação há possibilidade de superar desafios em relação aos dados que não são favoráveis para a presença feminina. Sendo assim, é possível sonhar com uma sociedade que deve deixar quem dá a vida, VIVER. Por uma sociedade antirracista, que valorize, respeite e reconheça o protagonismo das mulheres.

Nosso sonho é para que todas as mulheres tenham vida em abundância e continuem com o legado de fazer história na sociedade. (Ref. Gonzalez, Lélia. Primavera para as Rosas Negras. Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhas de África, 2018.)

Marinete da Silva Morais , Pedagoga
Atuação na Cáritas Diocesana de Itabira e Pastoral Afro.

MEMÓRIA

Sônia Terra Ferreira, presidente da Associação SOS Atafona, em São João da Barra - RJ. Foi presidente do CNLB da Diocese de Campos/RJ, e seu testemunho de cristã leiga dedicando sua vida à missão de evangelizar e a incansável luta por um mundo mais justo e fraterno nos deixou uma marca profunda na caminhada daqueles que estiveram junto com ela na missão. Ela era filha do ex-deputado Alair Ferreira e ficou conhecida também por sua luta incansável e pelo amor profundo que tinha por Atafona, sempre presente na linha de frente das ações por melhorias para a localidade. Era uma das moradoras mais conhecidas e queridas da localidade, sempre foi muito atuante no meio cultural e religioso, tendo presidido por 15 anos a Irmandade de Nossa Senhora da Penha. Por sua contribuição ao município de São João da Barra, recebeu da Câmara, em 2022, a Medalha Narcisa Amália.



Sônia Terra +
Ferreira,

PALAVRA DE LEÃO XIV

Em uma época em que a ciência prolongou a expectativa de vida, a tecnologia aproximou continentes e o conhecimento abriu horizontes antes inimagináveis, permitir que milhões de seres humanos vivam e morram vítimas da fome é um fracasso coletivo, uma aberração ética e um pecado histórico.

(discurso no Fórum Mundial da Alimentação-2025)



INTENÇÃO DE ORAÇÃO DO PAPA CONFIADAS A REDE MUNDIAL DE ORAÇÃO PARA MARÇO DE 2026

Desarmamento pela paz.

Rezemos para que as nações avancem em direção a um desarmamento efetivo, especialmente o desarmamento nuclear, e para que os líderes mundiais escolham o caminho do diálogo e da diplomacia em vez da violência.



“o silêncio daqueles que morrem de fome grita na consciência de todos”

CONVERSANDO

Outras falas do papa Leão XIV no discurso sobre alimentação (2025) merecem uma reflexão mais aprofundada. Cada uma dá margem a um debate: “cenários dos conflitos atuais fizeram ressurgir o uso de alimentos como arma de guerra”; “o silêncio daqueles que morrem de fome grita na consciência de todos”; “a utilização de alimentos como arma de guerra”, e recorda ainda que o direito internacional humanitário **“proíbe, sem exceções”**, ataques contra civis ou bens essenciais à sua subsistência”; chegou o momento de assumir um compromisso renovado, que tenha um impacto positivo na vida daqueles que têm o estômago vazio e esperam de nós gestos concretos que os tirem da sua prostração.”

CONHECENDO MAIS A DSI

Continuando nossa reflexão sobre a DSI, este mês vamos nos aprofundar em um de seus princípios que fala sobre a **Destinação Universal dos Bens**.



“... o princípio da destinação universal dos bens requer que se cuide com particular solicitude dos pobres, daqueles que se acham em posição de marginalidade e, em todo caso, das pessoas cujas condições de vida lhes impedem um crescimento adequado.”

(Papa João Paulo II/discurso inaugural de Puebla)



Vemos em Gênesis(1), que o Criador destinou a terra e tudo o que nela contém para uso de homens e mulheres de todos os povos, de tal maneira que os bens criados devam ser usufruídos por todos e todas. Por isso, podemos dizer que o princípio da **Destinação Universal dos Bens** se deve a que Deus é o autor de tudo, e o dá a todos, para que faça frutificar a terra e usufruir de tudo aquilo que ela produz. Eis a raiz da Destinação Universal dos Bens da Terra que é um direito natural, inerente à pessoa e prioritário para se ter vida. A Sollicitudo Rei Socialis, 42, insiste em que, neste dramático momento histórico em que vivemos, “*esta opção não pode deixar de fora as multidões de famintos, de mendigos, sem teto, sem assistência médica e, sobretudo, sem esperança de um futuro melhor*”.

E, como relacionar o Destino Universal dos Bens com a **propriedade privada**? **“A propriedade individual é aquela que é adquirida pelo próprio trabalho”.** (Centesimus Annus/231) Porém, o Papa João Paulo II voltou a dizer que a propriedade dos bens seja equitativamente acessível a todos. (Centesimus Annus/A21) A DSI não se opõe ao direito à propriedade privada, mas indica a necessidade de regulá-lo, de ordená-lo para que numa acumulação de bens todos indistintamente sejam atendidos.



APROFUNDANDO O CONHECIMENTO

Como diz o Catecismo da Igreja Católica “quando damos aos pobres as coisas indispensáveis, não praticamos com eles grande generosidade pessoal, mas lhe devolvemos o que é deles. Cumprimos um dever de justiça e não um ato de caridade.” (CIC 2447) Os Padres conciliares recomendam fortemente que se cumpra tal dever “para que não ofereçamos como dom de caridade aquilo que já é devido por justiça; suprimam-se as causas dos males, e não apenas os seus efeitos; e, de tal modo se preste a ajuda que os que a recebem se libertem a pouco da dependência alheia e se bastem a si mesmos”.

(Apostolicam Actuositatem-8)

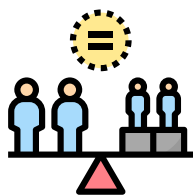
LER, REFLETIR, COMENTAR

“Nada é nosso, tudo é de todos, ninguém pertence a ninguém e todos somos passageiros. A dívida da vida é que podes ser e ter, mas a verdade é que ninguém é dono de nada, pois se fosses levaria contigo à última morada. Podemos duvidar da nossa existência, mas é impossível negar que somos todos seres transitórios e tudo o que tentamos segurar, escapa como a areia entre os dedos. A palavra “meu” não existe, é fruto imaginário da vaidade, da ilusão consciente. Saiba que os bens têm um preço, mas o que vive na alma tem valor”

...(trecho da fala do escritor Israel Domingos, conteúdo digital)

Sua casa própria, conseguida com seu suor, não excedeu. O que seria acumulação de bens? Em que situação a DSI afirma que há necessidade de repartir com os pobres o que excede? Dê exemplos. O que você acha de quem acumula terra e nela nada produz? E quem produz muito em fábricas e o salário do funcionário mal dá para sobreviver? E quando os negócios excedem em bens para o empresário, porém, quem trabalha para ele não possui nem casa para morar? e no caso de trabalhadoras/es de serviços gerais que trabalham em casa de pessoas mais abastadas e não recebem o suficiente para se manter? O que dizer de gastos exorbitantes com construções e reformas de igrejas, mas que não têm uma pastoral que atenda aos pobres?

RECORDANDO



Equitativamente/ Equidade - A palavra equidade vem do latim “aequitas”, e quer dizer justo, de justiça. Assim, a equidade é a justiça que trata as pessoas conforme as suas necessidades para terem as oportunidades iguais que outros tiveram. Não significa igualdade, mas desejo de equilibrar oportunidades.



Propriedade privada - É fundamental e deve ser preservada, como um bem de direito de quem a conseguiu com o suor de seu rosto. Porém, quem adquire muito a ponto de exceder às suas necessidades, não pode esquecer de alguma maneira de lutar pelos que nada têm por força de circunstâncias alheias à sua vontade, o que excede é, por direito, repartir com os mais pobres. Dessa forma ela cumpre o que a DSI chama de “hipoteca social”.

VOCÊ SABIA?

A Constituição Federal de 1988 estabelece que o direito de propriedade não é absoluto e deve atender à sua função social. No contexto rural, isso significa que a terra deve ser usada de forma racional e produtiva, preservando o meio ambiente e respeitando as relações trabalhistas.

Propriedades rurais que não cumprem sua função social podem ser desapropriadas pelo Estado, com o pagamento de indenização, e redistribuídas para fins de reforma agrária. O objetivo é tornar a terra produtiva e garantir o sustento de quem não tem acesso a ela.

Para um aprofundamento da DSI **sobre a propriedade e sobre a reforma agrária**, temos a coleção de temas da DSI, em três cadernos, que a CNBB lançou em 2004 a 2006 sobre 24 assuntos importantes da ética social, no contexto brasileiro e latino-americano.

Recomendamos também o documento 17 da CNBB, **“A Igreja e os problemas da terra”**, de 1980.



A DSI, A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E O ANO DE ELEIÇÕES

O tempo de eleições é propício para percebermos como os candidatos se apresentam; quais são seus interesses, que grupos querem fortalecer estando no Legislativo ou Executivo. Por isso, nosso voto não pode ser cego: o cristão leigo, leiga que é discípulo missionário de Jesus, tem como missão específica estar dentro da sociedade para transformá-la por dentro conforme os valores cristãos. Aí, fica valendo saber quem vai nos representar. Cuidado com bancadas que defendem a terra como direito de um grupo e não a “terra como dom de Deus e direito de todos”.

Uma boa consulta é conhecer uma herança da DSI em terras brasileiras que é a Pastoral da Terra, criada em 1975 pela CNBB. Suas orientações são muito importantes! Defende a reforma agrária, os trabalhadores rurais, os povos tradicionais, os indígenas, que sofrem a violência dos que concentram a terra; denunciam conflitos, assessoram comunidades para uma organização autônoma consciente; a grilagem, o desmatamento; propiciam formação unindo fé e luta com os princípios do evangelho como inspiração para ação.

Outro exemplo é o MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que defende que a propriedade privada deve cumprir sua função social, conforme a Constituição Federal, destinando terras improdutivas para a reforma agrária. **O MST argumenta que a reforma agrária é um dos instrumentos para que a terra cumpra sua função social e para garantir o direito à vida**, especialmente em um país com pessoas em situação de fome. Para o movimento, não há sentido em uma propriedade estar acima da vida e do direito ao alimento.



MÃO NA MASSA

- Primeiro é bom entender melhor o que é reforma agrária: é uma política pública de redistribuição de terra aos que não possui nenhum bem, promovendo assim a justiça social e a democratização de acesso a terra com o objetivo de transformá-las em terras produtivas, beneficiando a quem as tornam produtivas, bem como ao povo em geral que se beneficia daquela produtividade.
- Depois, aprofundar a questão para melhor debate com quem se opõe à justiça social.
- Questões, como as seguintes, ajudam no aprofundamento da questão: por que a reforma agrária não é divulgada? Por que as pessoas são contra a reforma agrária? Por que esse é um tema difícil de se abordar mesmo entre os cristãos? Como pensa a bancada do agro, que interesses defendem?
- **Seu voto é precioso, procure saber como pensam os candidatos a respeito da justiça social.**

VOCÊ SABIA?

- Existe um programa nacional de reforma Agrária (PNRA).
- Para fazer parte do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e ser beneficiado como assentado, o interessado e sua família devem participar de seleção promovida exclusivamente pelo Incra.
- O portal do Incra é www.gov.br/incra/assuntos/reforma-agraria/selecao-assentamentos. Lá você vai entender melhor o que já está em lei sobre a questão da terra e tudo sobre assentamento.

10 anos do Doc. 105 CNBB

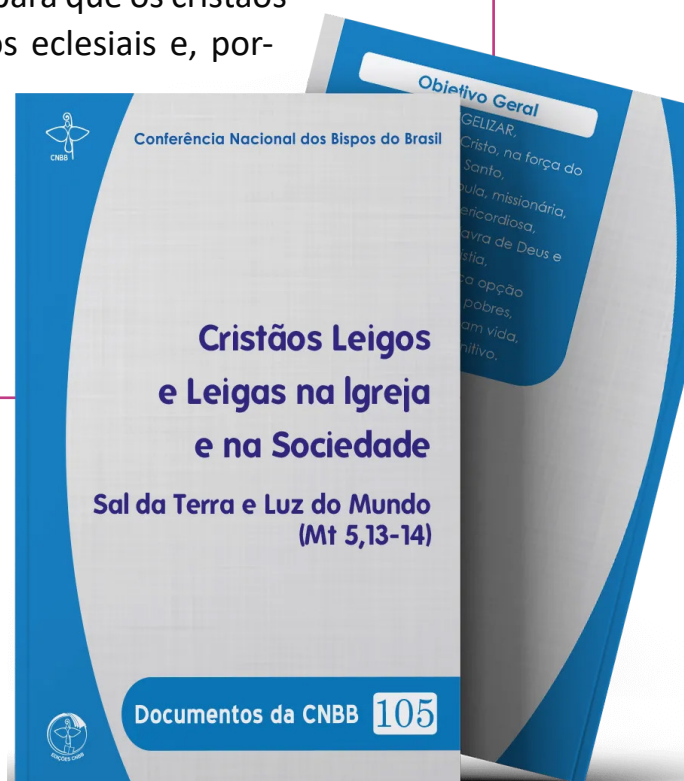
“Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade”

“Assim como o leigo não pode substituir o pastor, o pastor não pode substituir os leigos e leigas no que lhes compete por vocação e missão” (Doc. 105, 8). Na Igreja Povo de Deus, são diferentes as vocações, ministérios e serviços, que se complementam como ministérios ordenados, consagração à vida religiosa e discipulado missionário vivido pelos cristãos leigos e leigas nas realidades do dia a dia. Todas são formas de responder ao chamado de Jesus, assumir serviços específicos ao Reino de Deus e testemunhar a comunhão.

Um grande empecilho à Igreja Povo de Deus é o clericalismo, considerado pelo Papa Francisco como uma peste, pois provoca divisões e destaca o poder e a autoridade, em vez de dar foco no serviço. O Documento 105 (n. 81g) lembra como é comum a centralização das tarefas, das decisões e do poder em torno do padre. Muitos cristãos leigos e leigas também são clericais e, por isso, precisamos mudar a mentalidade e as estruturas para sermos mais fiéis ao Evangelho.

Alguns caminhos para superar o clericalismo são as Comunidades Eclesiais de Base, a religiosidade popular, os grupos bíblicos, os conselhos pastorais. A formação adequada também é necessária para que os cristãos leigos e leigas se reconheçam como sujeitos eclesiais e, portanto, co-responsáveis pela missão evangelizadora da Igreja: ser sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14).

Eder D'Artagnan, marista e membro da presidência do CNLB



DATAS A SEREM LEMBRADAS



Dia 08 – Dia internacional da Mulher - Neste dia comemora-se a luta da mulher por sua participação, em pé de igualdade com o homem, na sociedade e em seu desenvolvimento integral como pessoa.



Dia 19 - Solenidade de São José - celebrado pela Igreja Católica como o pai adotivo de Jesus, padroeiro Universal da Igreja e das famílias, sendo feriado em algumas cidades e estados brasileiros como Ceará e Amapá, mas não em nível nacional, com celebrações que incluem missas, procissões e festas populares que associam São José à esperança de chuvas, especialmente no Nordeste para produzir fartura.



Dia 21 – Dia Internacional contra a Discriminação Racial – Preconceito racial é sentimento. Discriminação racial é atitude de preconceito. Raça se refere a características físicas. Etnia acrescenta a isso a nacionalidade, afiliação tribal, religião, língua, tradições. A Constituição Federal diz que a prática do racismo é crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (art.5º, XLII). Discriminação racial não se atém à raça negra, mas a todas as raças e muitas vezes aparecem sutilmente com piadas, xingamentos...



Dia 22 – Dia Mundial da Água – “O planeta poderá enfrentar a escassez de água global devido a extração de aquíferos insubstituíveis. Em 2050, pelo menos uma em cada quatro pessoas viverá em um país afetado pela escassez crônica de água potável. Isso, com certeza, afetará a produção da agricultura, gerando fome. A água determinará a capacidade universal e o destino dos seres vivos. Grande parte dos conflitos políticos e sociais do futuro deixarão de ter como objeto o petróleo, para ser a água”. (Texto base do VI Encontro Nacional do CNLB, 2015). Como reverter essa situação? Qual será a sua parte?



Dia 25 – Anunciação do Senhor - a Igreja celebra a Anunciação do Anjo Gabriel à Virgem Maria, um dos momentos mais grandiosos da história da salvação. Foi nesse dia que, por meio do Fiat “faça-se” generoso e consciente de Maria, o Verbo de Deus se fez carne e habitou entre nós.



Dia 29 – Domingo de Ramos - marca o início da Semana Santa, celebrando a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém, onde foi aclamado com ramos e palmas, simbolizando a vitória e a realeza messiânica, mas também a humildade, pois montou em um jumento. Relembra a acolhida popular e os eventos que levaram à paixão, morte e ressurreição de Cristo, sendo um dia de reflexão sobre a fé, a cruz e a esperança da Páscoa, com procissões e leituras da Paixão.

EM PAUTA

Conhecendo o Novo Estatuto

UM NOVO TEMPO, UM NOVO ESTATUTO

Segue mais uma significativa alteração no estatuto, sua forma de organização. Conforme consta no artigo 7º, o CNLB se organiza nacionalmente e se faz representar em todo o país por meio de seus CNLBs Regionais, os quais se estruturam a partir dos CNLBs Arqui/ diocesanos e de Prelazias.

Dessa forma, se apresenta o princípio da organicidade, que é fundamental para a estruturação do CNLB em seus diversos níveis. Esse princípio implica, entre outras coisas, na adoção da nomenclatura atualmente em vigor: CNLB, para a instância nacional, responsável pela coordenação geral, unidade e comunhão do Organismo no país; CNLB Regional, abrangendo as coordenações regionais, que adaptam as diretrizes nacionais às realidades locais; e CNLB Arqui/Diocesano, nível fundamental e elementar do Organismo, operando nas Arqui/dioceses e Prelazias, e ponto de comunhão com a Igreja local.

É essa organicidade que precisa ser garantida para que independente da instância o CNLB possa se fortalecer como organismo representativo do laicato na Igreja e na sociedade.

Maria das Graças Silva Gervásio - Pastoral da Criança e membro do Grupo de Trabalho que redigiu o novo Estatuto do CNLB



CONHECENDO A REALIDADE DO CNLB

REGIONAIS – ORGANIZAÇÕES FILIADAS

Programa de Rádio Clareando o Caminho - Experiência do trabalho do Laicato no Regional NE 04 PI.

No Regional Nordeste 04 – Piauí, na Diocese de Picos, desenvolve-se uma significativa experiência de comunicação e evangelização por meio do programa de rádio “Clareando o Caminho”, que nasceu a partir da vivência do Ano Nacional do Laicato, em 2018. O programa é de responsabilidade do Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB) – Picos/PI, com o apoio da Rádio Cultura FM de Picos, administrada pela Fundação de Apoio à Comunicação Cristã (FACC), vinculada à Diocese local. O bispo diocesano, Dom Plínio José Luz da Silva, é presidente do Conselho Deliberativo da FACC.

A partir da proposta apresentada, o CNLB acolheu a iniciativa, articulou reunião com seu Colegiado e, posteriormente, convidou outros cristãos leigos e leigas para o planejamento, a produção e a apresentação do programa. Atualmente, o Clareando o Caminho é apresentado todas as sextas-feiras, das 13h às 14h, com duração de uma hora.

A equipe de produção e apresentação é composta por 12 membros, que se reúnem mensalmente para estudar, definir os temas e avaliar os programas realizados. A cada sexta-feira, o programa é apresentado por uma dupla da equipe, garantindo a participação de todos os integrantes ao longo do tempo.

Após a culminância do Ano Nacional do Laicato, a direção da rádio, em comunhão com os membros do Conselho Deliberativo, realizou uma avaliação positiva do programa, destacando seu caráter educativo, formativo e informativo, bem como sua boa audiência.

Os conteúdos apresentados são planejados nas reuniões mensais, com o uso de diversos subsídios, entre eles a Agenda Formativa do CNLB Nacional, Encíclicas Papais e outros documentos da Igreja. A metodologia do programa é organizada em quadros interativos, a saber: Apresentação do Tema, Clareando a Vida, Clareando a Missão e Conexão CNLB. Nos quadros *Clareando a Vida* e *Clareando a Missão* são apresentados testemunhos e experiências, com a participação de convidados presencialmente ou por meio de áudios. Já o quadro *Conexão CNLB* traz notícias e informações sobre eventos em âmbito nacional, regional e diocesano.

O programa Clareando o Caminho alcança um amplo público no Piauí, em cidades dos estados vizinhos do Ceará e Pernambuco, além de outras regiões do Brasil e do mundo, por meio da transmissão online em aplicativos digitais. Desde 2018 até os dias atuais, o programa é transmitido semanalmente, consolidando-se como um importante espaço de formação, comunicação e protagonismo do laicato.

Maria Aurenir da Silva Paiva

Vice- presidente do CNLB Regional NE 04- PI e membro da equipe de produção e apresentação do Programa de Rádio Clareando o Caminho.